



Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

PROCESSO CEAGESP 154/2013

CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A CEAGESP – COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SÃO PAULO E A FACTO TURISMO LTDA - ME.

Pelo presente instrumento, de um lado a **CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO**, com sede na Avenida Doutor Gastão Vidigal, nº 1.946, CEP 05316-900, na Vila Leopoldina, no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob nº 62.463.005/0001-08, com Inscrição Estadual nº 111.350.904.113, doravante simplesmente denominada **CEAGESP** e, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente **MÁRIO MAURICI DE LIMA MORAIS**, portador do RG nº 9.053.908-4 SSP/SP e do CPF/MF nº 029.986.098-13 e por seu Diretor Administrativo e Financeiro **ARNALDO TEIXEIRA MARABOLIM**, portador do RG nº 7546881 - SSP/SP e do CPF/MF nº 684.046.708-20 e, de outro lado, a **FACTO TURISMO LTDA - ME**, com sede na Avenida Pedro Lessa, nº 1064, Conj. 32, Bairro Ponta da Praia, CEP 11.025-000, no município de Santos, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob nº 14.807.420/0001-99, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua sócia proprietária **EVELYN SOARES PEREIRA**, portador do RG nº 43.918.316-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 304.486.498-45, têm entre si justo e acertado, o presente contrato, de acordo com a documentação contida no **Processo CEAGESP nº 154/2013, Pregão Eletrônico nº 017/2014**, sujeitando-se as partes às determinações legais, e com integral observância da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decretos nºs 5.450 de 31 de maio de 2005, 3.722 de 09 de janeiro de 2001, 4.485 de 25 de novembro de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto Contratação de empresa especializada para fornecimento e emissão de passagens aéreas (bilhetes físicos ou eletrônicos), em âmbito nacional e hospedagem para atender aos funcionários, membros dos Conselhos e autoridades da **CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo**, conforme quantidades e especificações constantes do **ANEXO I DO CONTRATO – TERMO DE REFERÊNCIA**.

1.1. Fazem parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no ato convocatório, a proposta comercial da **CONTRATADA**, as normas contidas na Lei nº 10.520/2002, nos Decretos nº 5.450/2005, 3.722/2001, 4.485/2002 e na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2. Os serviços que a **CONTRATADA** coloca à disposição da **CEAGESP** deverão ser executados em estrita observância ao disposto nos presentes autos, bem como nas especificações contidas no **ANEXO I DO CONTRATO - TERMO DE REFERÊNCIA**, sendo vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto do presente **CONTRATO**, sem autorização expressa da **CEAGESP**.

PROCESSO CEAGESP 154/2013

CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DO REAJUSTE:

3. A presente contratação terá 12 (doze) meses sucessivos e ininterruptos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, mediante a lavratura de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei.

3.1. Do Reajuste

3.1.1. O preço para esta contratação permanece fixo e irrevogável pelo período de 12 meses, a partir da emissão da Ordem de serviços.

3.1.2. Após o período citado no item anterior o preço dos serviços objeto do presente contrato serão reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da data da emissão da primeira Ordem de Serviços, com base na variação do **IPCA-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado pelo IBGE)**, do mesmo período.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:

4.1. Para a prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, a **CEAGESP** pagará para a **CONTRATADA**, o valor anual que é estimado em até R\$377.774,47 (trezentos e setenta e sete mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), conforme Proposta Comercial da **CONTRATADA – Lote Único – Anexo II**, demonstrativo relacionado abaixo:

4.1.1. – Taxa de Agenciamento:

Qtde estimada de bilhetes	Valor unitário	Valor Anual Previsto
700	R\$0,00	R\$ 278.917,98

4.1.2. – Hospedagem:

Qtde estimada de hospedagem	Percentual de desconto	Valor Anual Previsto
250	17,30 %	R\$ 98.856,49

TOTAL DO LOTE ANUAL (SOMA BILHETES + HOSPEDAGEM)	R\$ 377.774,47
---	-----------------------

4.2. Os valores do período contratual firmados entre as partes, são respectivamente:

4.2.1. O preço da passagem aérea ou da hospedagem, a ser fornecido será apurado na data de emissão do respectivo bilhete ou voucher, após levantamento efetuado dos voos entre as empresas aéreas que mantenham linhas regulares para a localidade de destino desejado ou rede hoteleira, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.



PROCESSO CEAGESP 154/2013

CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1

4.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, informando o número do respectivo contrato e indicação de conta bancária, para liquidação e pagamento da despesa, anexando os seguintes documentos:

- a) originais das requisições de passagens aéreas e hospedagens emitidas pela CEAGESP;
- b) cupons do agente emissor do bilhete de passagem aéreo ou cópias dos bilhetes eletrônicos;
- c) tabela de preços da companhia aérea ou hotel, caso tenha ocorrido alteração no preço da tarifa em relação ao preço que está sendo aplicado.

4.2.3. As faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA e apresentadas de 2ª a 6ª feira, exceto feriados – no horário das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, no Departamento Comercial, situada na Av. Dr. Gastão Vidigal nº 1946 – EDSÉD III – Vila Leopoldina – CEP 05316-900 – São Paulo/SP, ou transmitidos eletronicamente.

4.3. O valor global e final apresentado na proposta, contempla toda mão-de-obra, custos direto e indireto, uniformes, EPI's, administração, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, encargos e contribuições parafiscais, tributos, despesas financeiras, operacionais e administrativas, lucro e quaisquer outros aqui não mencionados, de modo a constituir uma única contraprestação pela execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1. A vigência do presente CONTRATO se dará a partir da emissão da Ordem de Serviços a ser expedida pelo Gestor das Formalidades, representante da **CEAGESP**, que deverá conter o ciente do representante da **CONTRATADA**, sendo certo, contudo, que será pelo período de 12 meses podendo ser prorrogado de acordo com o permissivo legal, até o limite de 60 meses.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no 10º dia após a apresentação das faturas, acompanhadas da documentação necessária. A percepção do valor faturado ficará condicionada à consulta prévia "on-line" ao SICAF, demonstrando situação regular da **CONTRATADA** nos documentos por ele abrangidos, ou nos sítios oficiais dos órgãos emitentes das certidões.

6.2. Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos e procedimentos abaixo listados, os quais deverão ser cumpridos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços:

6.2.1. Relatório de Serviços devidamente aprovado pelo Gestor Técnico da **CEAGESP**;

6.2.2. Nota Fiscal ou Fatura contendo a especificação detalhada do Valor a ser pago, com a descrição exata dos serviços efetivamente prestados e com o destaque para os valores dos impostos retidos.



6.2.3. Certificado de Regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF;

6.2.4. Comprovantes de pagamentos das Contribuições Previdenciárias e Social, bem como do FGTS dos seus empregados designados para realização dos serviços ora contratados;

6.2.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

6.2.6. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de negativa, expedida pela Receita Federal do Brasil e/ou Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da sede da licitante; e

6.2.7. Certidão Negativa de Débito, ou Certidão Positiva com efeito de negativa relativa a Previdência Social, expedida pela Previdência Social.

6.3. Relativo a tributos:

6.3.1. As faturas deverão destacar os tributos e contribuições a serem retidos, que incidirem diretamente sobre os pagamentos, tais como:

a) ISSQN (de 2% a 5%, conforme legislação do município da prestação de serviço) ou prova de isenção;

b) IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS (5,85%, 9,45% etc) de acordo com a Lei 10.833/2003, art.34, de retenção obrigatória pela CEAGESP ou prova de isenção; e

c) INSS (11% para empreitada e mão de obra conforme IN/INSS nº3/2005) ou prova de isenção.

6.4. Relativo a encargos sociais e outros, os pagamentos ficarão condicionados à situação regular e válida da empresa **CONTRATADA** perante o CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal. Antes da execução do pagamento, será efetuada consulta “on-line” ao sistema, para aferição da situação da **CONTRATADA**. Os pagamentos somente serão efetivados caso a **CONTRATADA** apresente situação ativa e regular perante o sistema.

6.4.1. A não observância do aqui previsto implicará na suspensão do pagamento, ficando, a **CEAGESP**, isenta de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, até a efetiva comprovação da regularidade fiscal.

6.5. O Departamento Financeiro e Contábil – DEFIC - da **CEAGESP**, fará a análise da regularidade dos demais documentos e das demais exigências contratuais e legais, quando então, apurada a sua completa regularidade, será providenciado o pagamento devido.

6.6. Na constatação de erro ou de divergência entre as informações constantes da Nota Fiscal ou da Fatura, do Relatório de Serviços, especialmente em relação aos serviços efetivamente

PROCESSO CEAGESP 154/2013**CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1**

prestados, ou, na inobservância de quaisquer das demais exigências, a **CEAGESP** fará a devolução dos documentos até o regular cumprimento das obrigações ora estabelecidas por parte da **CONTRATADA**, devendo, então, o pagamento correspondente ocorrer até o 10º (décimo) dia útil subsequente.

6.7. A devolução dos documentos de cobrança, em hipótese alguma poderá se constituir em motivo para suspensão da execução dos serviços ora contratados por parte da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA:

7.1 - A CONTRATADA deverá apresentar, antes da expedição da Ordem de Serviços pelo Gestor de Formalidades da **CEAGESP**, comprovante de Garantia de Cumprimento de Contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, nos termos do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - Acrescido o valor inicial do Contrato e/ou prorrogado o seu prazo, a **CONTRATADA** apresentará garantia complementar, no mesmo percentual e/ou prazo, no ato da assinatura do correspondente Termo Aditivo.

7.3- A garantia prestada assegura o pleno cumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações contraídas neste Contrato, bem assim: ressarcir a **CEAGESP** de quaisquer prejuízos decorrentes de sua rescisão unilateral e injustificada; cobrir multas que vierem a ser aplicadas em decorrência de rescisão contratual ou aplicadas por descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais; cobrir perdas e danos causados à **CEAGESP**; ressarcir a **CEAGESP** nos valores pertinentes à condenação, pela Justiça do Trabalho, por responsabilidade subsidiária como segunda reclamada e/ou cobrir valores de depósitos judiciais.

7.4. Ressalvados os casos previstos nos subitens precedentes deste Contrato, a garantia será liberada 60 (sessenta) dias após a data de encerramento do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

7.5. A garantia quando prestada em dinheiro, respeitadas as demais condições contratuais, será liberada e acrescida do valor correspondente à atualização, cujo critério fica sujeito à fórmula estabelecida pela Administração, entre a data em que foi prestada e a da liberação.

7.6. Quando for oferecido pela **CONTRATADA**, seguro na forma de seguro garantia, e, atos praticados pela **CONTRATADA** admitirem a execução do mesmo, a **FISCALIZAÇÃO** deverá providenciar a notificação extrajudicial da **CONTRATADA** para cumprimento de suas obrigações, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, e, em caso de não comparecimento da **CONTRATADA** para cumprimento de suas obrigações, a notificação extrajudicial deverá ser enviada à seguradora juntamente com o pedido de pagamento da apólice.

CLÁUSULA OITAVA – DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS:

8.1. Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** que os recolherá, sem direito a reembolso. A **CEAGESP**, quando (ela) for a fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos previsto em lei, dos pagamentos que efetuar, a parte que for devida pela **CONTRATADA**, segundo a legislação vigente.



PROCESSO CEAGESP 154/2013**CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1**

8.1.1. A **CEAGESP** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

8.2. Quando a **CEAGESP** for a responsável pela retenção na fonte e pelo recolhimento de tributos ou contribuições decorrentes do presente CONTRATO e, por decorrência de erro de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, vier a responder por custos ou ônus de qualquer natureza, promoverá o desconto dos valores devidos, atualizados, quando do pagamento imediatamente posterior à constatação do fato, de modo a ressarcir-se do custo causado, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais e da promoção das ações legais e judiciais cabíveis.

8.3. Na hipótese de alteração de alíquotas, isenção ou instituição de tributos ou encargos, que incidam direta ou indiretamente sobre os SERVIÇOS ora contratados durante o período de vigência do presente CONTRATO, a **CEAGESP** procederá da seguinte forma:

8.4. em caso de alteração para menor ou isenção, a **CEAGESP** promoverá a redução do valor contratado nas mesmas bases e proporções decorrentes das reduções promovidas, procedendo o desconto do valor a ser pago quando do pagamento das parcelas vincendas; e,

8.5. em caso de alteração para maior ou instituição, a **CEAGESP** somente procederá ao pagamento da diferença mediante comprovação pela **CONTRATADA** do ônus daí decorrente.

8.6. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar mensalmente as Certidões e os comprovantes exigidos na CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

8.6.1. A **CEAGESP** poderá solicitar à **CONTRATADA**, quando julgar necessário ou entender conveniente, ao seu exclusivo critério, a exibição dos demais comprovantes de recolhimento dos tributos e encargos devidos que decorram direta ou indiretamente dos SERVIÇOS de que tratam o presente CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, entre outras decorrentes deste CONTRATO:

a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços na forma aqui pactuado e nos termos da legislação vigente;

b) a **CONTRATADA** deverá executar os serviços definidos no ANEXO I, obedecendo estritamente aos termos do presente instrumento, sob pena de aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93;

c) executar o objeto deste CONTRATO, dentro da melhor técnica, bem como, refazer e repor, por sua conta e responsabilidade, aqueles considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, ficando a critério da **CEAGESP** aprovar ou rejeitar os serviços realizados;

d) a **CONTRATADA** será a única e integral responsável por todos os encargos de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, decorrentes da execução dos



PROCESSO CEAGESP 154/2013**CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1**

serviços, cabendo apresentar à **CEAGESP**, sempre que solicitados, os correspondentes comprovantes desses pagamentos. Fica facultado à **CEAGESP** reter total ou parcialmente o pagamento do valor da prestação de serviços, caso não sejam devidamente comprovados os instrumentos dos encargos de natureza previdenciária. Essa comprovação deverá ser feita a cada fatura emitida, sob pena de rescisão contratual, em atendimento ao disposto no § 3º do art.195 da Constituição Federal, bem como artigos 55, VIII e 78, I da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;

e) a **CONTRATADA** deverá requerer a exclusão da **CEAGESP** de lide que venha a ser movida por qualquer funcionário seu, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial;

f) a **CONTRATADA** tem obrigação de corrigir, sob suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento;

g) os serviços não poderão ser subempreitados sem a aprovação da **CEAGESP**. A **CONTRATADA** deverá consultar a **CEAGESP** por escrito. Caso seja aprovada a sua solicitação de subempreitar serviços, tal ato não implica em aceitação de transferência de responsabilidade;

h) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CEAGESP**, seus funcionários ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou má fé na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade fato da **CEAGESP** fiscalizar seu acompanhamento;

i) utilizar para prestação dos serviços, profissionais com experiência comprovada neste ramo de atividade, não lhe sendo permitido delegar os trabalhos, ainda que parcialmente, sem anuência prévia da **CEAGESP**;

j) prestar os serviços, objeto deste CONTRATO, dentro da melhor técnica, e sem qualquer vínculo, seja de ordem trabalhista, tributária, previdenciária ou social com a **CEAGESP**;

k) manter, durante toda execução do presente CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como atualizar seus dados (alterações de contratos/estatutos sociais, mudança de quadro societário ou responsabilidade administrativa, mudança de sede, etc) junto à **CEAGESP**.

l) a **CONTRATADA** obriga-se a manter sigilo absoluto sobre qualquer informação adquirida em virtude da execução do presente CONTRATO, não podendo, sob qualquer pretexto utilizá-la para si ou para outrem, divulgar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento das obrigações assumidas, por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais.



PROCESSO CEAGESP 154/2013**CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1****CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEAGESP****10.1. Constituem obrigações da CEAGESP:**

- a) Fornecer, tempestivamente, todas as condições necessárias ao bom fornecimento do objeto ora contratado;
- b) Acompanhar a execução do presente **CONTRATO**, através do Gestor das Formalidades e do Gestor Técnico, expressamente indicados neste **CONTRATO**;
- c) Solicitar por escrito toda e qualquer modificação que desejar, para o presente **CONTRATO**;
- d) Fazer observações nos Relatórios Técnicos, Físicos e de Aquisições, sempre que julgar necessário e conveniente, a fim de assegurar os interesses da **CEAGESP**;
- e) Pagar à **CONTRATADA** o valor estabelecido do presente **CONTRATO**, na forma e condições estabelecidas em suas efetivas aquisições, e desde que cumpridas as determinações estabelecidas do presente **CONTRATO**;
- f) Analisar e aprovar os serviços de passagens aéreas/hospedagens entregues, conforme especificações contidas no presente Edital;
- g) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
- h) Dar conhecimento à contratada dos nomes dos seus dirigentes que tem competência para requisitar e alterar trechos de viagens não compreendidos nas requisições de transporte aéreos; e,
- i) Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor das tarifas à data de emissão das passagens.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. Para fins de execução, do acompanhamento e da fiscalização do objeto do presente **CONTRATO**, fica designado o **Gestor das Formalidades**, Preposto e Representante da **CEAGESP**.

11.2. Para cumprimento do acompanhamento e da fiscalização do objeto do presente **CONTRATO**, é designado de acordo com os normativos internos o **Gestor Técnico** e o **Suplente do Gestor Técnico**, que deverão auxiliar o **Gestor das Formalidades** na fiscalização da execução do objeto do presente **CONTRATO**.

11.2.1. O **Gestor Técnico**, poderá designar, desde que expressamente, empregados do



PROCESSO CEAGESP 154/2013**CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1**

seu quadro para auxiliarem no acompanhamento da execução do objeto do presente CONTRATO.

11.2.2. O Gestor Técnico e os Auxiliares expressamente designados, em decorrência do acompanhamento da execução do objeto do presente CONTRATO, e demais interesses da **CEAGESP**, deverão:

- a) enviar correspondência à **CONTRATADA**, solicitando providências quanto aos prazos e outros fatores pertinentes a execução do objeto do presente CONTRATO;
- b) comunicar o **Gestor das Formalidades**, solicitando providências quanto a faltas ou defeitos não sanados e outros fatores que excederem sua competência;

11.2.3. O Gestor Técnico acompanhará as ocorrências e relatórios técnicos, promovendo a autuação dos documentos no correspondente Processo Administrativo.

11.3. O Gestor das Formalidades e o **Gestor Técnico** têm a responsabilidade de zelar pelo cumprimento da execução do presente CONTRATO e demais interesses da **CEAGESP** e, deverão:

- a) registrar todas as ocorrências relevantes, relativas ao objeto do presente CONTRATO;
- b) determinar e adotar todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do presente CONTRATO;
- c) enviar correspondência a **CONTRATADA**, solicitando esclarecimentos quanto a faltas ou defeitos não sanados no prazo estabelecido;
- d) sugerir aplicação de sanções, caso os esclarecimentos da **CONTRATADA** não sejam satisfatórios, encaminhando o processo à autoridade superior em tempo hábil para a adoção das medidas legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES

12.1. Pelo inadimplemento total ou parcial do **CONTRATO**, independentemente de rescisão, garantida, a prévia defesa, a **CONTRATADA** ficará sujeita, a critério da **CEAGESP**, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento), pela inexecução parcial do **CONTRATO**, incidindo sobre o valor do saldo do mesmo, na ocasião;
- c) multa de 20% (vinte por cento) pela inexecução total do **CONTRATO**, incidindo sobre o valor total do mesmo;
- d) pelo descumprimento parcial ou total das exigências previstas em legislação específica aos SERVIÇOS ora contratados, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 20% (vinte por cento) do valor total do pagamento do mês de origem da irregularidade, a ser descontada no primeiro pagamento subsequente à infração;



PROCESSO CEAGESP 154/2013

CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1

e) em caso de demora injustificada na entrega de algum produto/bilhete, a empresa adjudicada será multada em valor diário correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor faturado, até o limite de 20% (vinte por cento) de multa, quando o contrato estará automaticamente rescindido, sem prejuízo de outras cominações legais. Nesta hipótese, será chamada a fornecer os serviços, a empresa cuja proposta foi classificada em segundo lugar, nas mesmas condições ofertadas pela primeira colocada; e,

f) pela inexecução total ou parcial do disposto neste **CONTRATO** e/ou seus anexos, ou por imperícia, poderá ser rescindida a contratação, ficando a **CONTRATADA** impedida de licitar e contratar com a **CEAGESP**, pelo período até 02 (dois) anos e o descredenciamento do seu Cadastro de Fornecedores na CEAGESP, se houver, e início de processo administrativo para o descredenciamento no SICAF a ser enviado ao MPOG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO à critério do Gestor do Contrato.

12.2. O valor das multas aplicadas deverá ser descontado no primeiro pagamento subsequente ao cometimento da infração.

12.2.1. Quando o caso não permitir o desconto do valor das multas já no primeiro pagamento subsequente ao cometimento da infração, conforme previsto no Item 11.2. supra, o desconto deverá ser efetuado quando do primeiro pagamento seguinte ao do subsequente ao cometimento da infração, ou, na primeira oportunidade que ocorrer.

12.2.2. Na possibilidade de não ocorrer o pagamento do valor total das multas aplicadas, por insuficiência de saldo, ou, por qualquer outra possibilidade não prevista em Contrato, a **CEAGESP** recorrerá à via judicial para cobrança do valor devido.

12.3. As multas previstas na presente Cláusula não têm caráter compensatório e, o seu pagamento não desobriga a **CONTRATADA** da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vier a acarretar à **CEAGESP**.

12.4. Além das penalidades previstas na presente Cláusula, pelo inadimplemento ou pela inexecução parcial ou total do Objeto ora contratado ou, por imperícia, o presente Contrato poderá ser rescindido.

12.5. A critério da **CEAGESP**, as penalidades poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos serviços for devidamente justificado pela contratada e aceito pela **CEAGESP**, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

12.6. Em caso de constatação de fraude na execução do contrato, estará sujeita a **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

a) Impedimento em licitar e contratar com a **CEAGESP** pelo prazo de até 02 (dois) anos e o descredenciamento do seu Cadastro de Fornecedores na CEAGESP, se houver, e início de processo administrativo para o descredenciamento no SICAF a ser enviado ao MPOG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO à critério do Gestor do Contrato;



PROCESSO CEAGESP 154/2013

CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1

b) Responder por perdas e danos ocasionados à CEAGESP, os quais serão apurados em competente processo, levando em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos.

12.7. As sanções de descredenciamento do Cadastro de Fornecedores da **CEAGESP** e do **SICAF** poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, facultada a defesa prévia, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de publicação na imprensa oficial.

12.8. As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas em conjunto com o disposto na Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

12.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – **SICAF**, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. Constituem motivos para rescisão contratual, assegurado sempre o princípio do contraditório e da ampla defesa:

a) a segunda reincidência de um mesmo tipo de infração, conforme previsto na letra "c." do Item 11.1. da Cláusula Décima Primeira – Das Penalidades;

b) a inexecução ou o inadimplemento parcial ou total do presente Contrato, ou o cometimento de imperícia ou falta grave que, provoque dano ou prejuízo à **CEAGESP**;

c) a realização de serviços não contratados;

d) a sub-contratação parcial ou total dos SERVIÇOS ora contratados;

e) descumprimento ao disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, bem como os artigos 55, VIII e 78, I da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações; e,

f) descumprimento das demais disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e, demais leis pertinentes.

13.2. Por dar causa à rescisão do Contrato ora firmado entre as Partes, ficará a **CONTRATADA** impedida de licitar e de contratar com a **CEAGESP** pelo período de 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, que será competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou que venha ser.





Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

PROCESSO CEAGESP 154/2013

CONTRATO Nº 154/13-1729-1404-17-030-19-1

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Ficam desde já o **Gestor das Formalidades** e o **Gestor Técnico**, responsáveis pelo acompanhamento da execução e encerramento definitivo do presente Contrato ora firmado entre as partes.

15.2. E por estarem assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos fins e efeitos de direito.

São Paulo, de de 2014.

CEAGESP – COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

MÁRIO MAURICI DE LIMA MORAIS
Diretor Presidente

ARNALDO TEIXEIRA MARABOLIM
Diretor Administrativo e Financeiro

FACTO TURISMO LTDA - ME


EVELYN SOARES PEREIRA
Sócia - Proprietária

TESTEMUNHAS

RUBENS REIS DE SOUZA JUNIOR
Gerente do DECAL
Departamento Comercial
Gestor das Formalidades

PAULO CESAR SOUZA PINTO
Assistente Executivo
Departamento Comercial
Gestor Técnico

